

DONO, CLIENTE E PRESTADOR DE SERVIÇO: UMA ANÁLISE DOS PAPÉIS DO COOPERADO DE UMA COOPERATIVA DE TRABALHO

Rodolfo Roberto Tait CALEFFE (G – Universidade Estadual de Maringá – UEM)

Taís Pasquotto ANDREOLI (PG - Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS)

RESUMO

Em uma cooperativa, os associados passam a ter mais de um papel na sua estrutura, pois, além de serem os clientes, também se configuram como sócio proprietários, fato agravado no caso das cooperativas de trabalho, onde os cooperados também atuam na prestação de serviços. Nesse sentido, o artigo teve como objetivo analisar os diferentes papéis desempenhados pelo cooperado dentro de uma cooperativa de trabalho, a fim de compreender a sua relação enquanto dono, cliente e prestador de serviço. Inicialmente, realizou-se uma revisão de literatura acerca do cooperativismo, seus ramos e as cooperativas de trabalho, e da relação do cooperado com a cooperativa. Posteriormente, enveredou-se por uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, realizada por meio de um estudo de caso, levantando e analisando informações gerais acerca de uma cooperativa de trabalho, bem como aplicando questionários junto a cem cooperados da referida cooperativa, a fim de verificar a opinião deles acerca de cada um dos papéis exercidos. Com isso, foi possível observar que, embora a avaliação tenha se mostrado positiva para os papéis enquanto clientes e prestadores de serviços, ainda são pouco o conhecimento dos cooperados acerca do modelo de negócios em questão, desconhecendo, inclusive, seu papel enquanto donos.

Palavras-chave: Cooperativismo. Cooperativa de trabalho. Papel do cooperado.

1. INTRODUÇÃO

O cooperativismo e suas formas de gestão vêm crescendo cada vez mais no mundo inteiro, estando presentes em mais de cem países, nos quais são gerados mais de cem milhões de emprego, excedendo a marca de um bilhão de associados (OCB, 2015). De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (2015), existem quase sete mil cooperativas no Brasil, que geram cerca de 340 mil empregos formais e concentram mais de 11,5 milhões de associados.

O termo cooperativismo se refere ao sistema econômico e social que baseia suas atividades econômicas na cooperação, caracterizando-se pela presença de ajuda mútua, e que tem como instrumento a cooperativa (SALES, 2010). Nesse sentido, as cooperativas são associações autônomas de pessoas, que cooperam voluntariamente para benefícios mútuos sociais, econômicos e culturais (ANDREOLI, 2009). Cooperativas incluem organizações sem fins

lucrativos e empresas, que são administradas e governadas pelas próprias pessoas que usufruem de seus serviços ou pelas pessoas que trabalham no local. Em uma breve definição, cooperativa é uma empresa de propriedade comum que se destina a produção ou distribuição de bens ou fornecimento de serviços, regida por seus membros para benefício mútuo (OCB, 2008).

Existem treze ramos do cooperativismo no país, sendo um deles o de trabalho. As cooperativas de trabalho são constituídas por pessoas ligadas a uma determinada ocupação profissional com a finalidade de prestação de serviços a terceiros, para que com isso melhorem sua remuneração e as condições de trabalho, de forma autônoma (OCB, 2008). Neste tipo de cooperativa, a organização atua como uma espécie de intermediária entre o seu cooperado e o terceiro a quem se prestam os serviços, fornecendo suporte e auxílio para que a realização das atividades possa ser concretizada da maneira mais eficiente possível.

Em uma cooperativa, os associados passam a ter mais de um papel na sua estrutura, pois, além de serem os clientes, também se configuram como sócio proprietário. Esse fato é agravado no caso das cooperativas de trabalho, já que os associados também atuam na prestação de serviços e nas atividades relacionados ao trabalho. Exemplificando, os associados no dia a dia se comportam como clientes, buscam atendimento rápido e personalizado, preços competitivos e produtos de primeira qualidade; por outro lado, nas assembleias gerais ordinárias, os associados se comportam como sócios, exigindo o maior resultado financeiro para rentabilizar seu capital social; além disso, como prestadores de serviços, os associados buscam melhores condições de negociação, bem como maior rentabilidade pelos serviços prestados.

À luz do exposto, o artigo teve como objetivo analisar os diferentes papéis desempenhados pelo cooperado dentro de uma cooperativa de trabalho, a fim de compreender a sua relação enquanto dono, cliente e prestador de serviço desse tipo de organização. Metodologicamente, procedeu-se inicialmente, a uma revisão de literatura, concentrada nas seguintes bases conceituais: cooperativismo; ramos do cooperativismo e as cooperativas de trabalho; relação do associado com a cooperativa. Tendo por suporte a revisão da literatura, o trabalho enveredou por uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, executado por meio de um estudo de caso, sobre o qual foram levantadas e analisadas as levantando e analisando informações gerais acerca de uma determinada cooperativa de trabalho. Em um segundo momento também foi aplicado questionários junto a cem cooperados da referida cooperativa, a fim de verificar a opinião delas acerca de cada um dos papéis exercidos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho realizará um levantamento junto à literatura pertinente, focando-se nas seguintes bases conceituais: cooperativismo; ramos do cooperativismo e as cooperativas de trabalho; relação do cooperado com a cooperativa.

2.1 COOPERATIVISMO

Ao abordar o tema cooperativismo, é necessária antes compreender o conceito da palavra e o surgimento histórico da mesma. Segundo Pinto (2009), o cooperativismo moderno surgiu com a Revolução Industrial (1760-1850). Através do surgimento das máquinas a vapor, ocorre o crescimento da industrialização, que atrai para as cidades os trabalhadores rurais e artesãos camponeses, em busca de melhores condições de vida. Essa migração em massa para as cidades acabou se tornando um enorme problema social, e fez com que muitos trabalhadores

se sujeitassem a situações extremas, chegando a realizar jornadas de trabalho de até dezesseis horas diárias para manterem seus trabalhos (PINTO, 2009).

Neste contexto histórico, deu-se o marco de criação do cooperativismo: a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale” (TORRES; BATISTA, 2010). Fundada em 21 de dezembro de 1844, na cidade de Rochdale, Inglaterra, a sociedade era composta por um grupo de 28 tecelões, que, sentindo-se prejudicados pelo novo modelo industrial, decidiram criar uma sociedade de consumo, baseada no cooperativismo puro, com um capital de 28 libras, representando uma libra para cada integrante (TORRES; BATISTA, 2010).

Impulsionadas pelo sucesso da sociedade dos Probos Pioneiros, surgem, em 1848, cooperativas de produção na França e cooperativas de crédito na Alemanha e Itália (GOMES; PUGLIANE, 2012). A expansão da experiência do cooperativismo foi tão significativa a ponto de existirem mais de mil cooperativas já em 1881, somando aproximadamente 550 mil associados (ANDREOLI, 2009).

Benato (1995) destaca que apesar do cooperativismo, como organização, ter tido como marco de início a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, vale ressaltar que a cooperação entre os seres humanos é muito antiga. Inicialmente, a cooperação se deu por motivo de sobrevivência, com os seres humanos se agrupando para suprir suas necessidades básicas, principalmente de defesa e alimentação. Além disso, agregavam-se também para que, na reciprocidade de seu trabalho, nas ideias em conjunto e no esforço sequencial de suas ações, pudessem realizar e concretizar seus propósitos e objetivos.

Portanto, entende-se que o cooperativismo está inserido no cotidiano das pessoas, desde a origem dos primeiros grupos, onde se uniam para alcançar objetivos coletivos e não individuais (SALES, 2010). Ele vem crescendo cada vez mais e influenciando a sociedade de uma forma geral, levando as pessoas a agirem de forma coletiva com propósito de alcançarem maiores benefícios.

2.1.1 Definição de Cooperativismo

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2008) define que o termo cooperativismo se refere ao sistema econômico e social que baseia suas atividades econômicas na cooperação, caracterizando-se pela presença de ajuda mútua, e que tem como instrumento a cooperativa.

De acordo com Pinho (1966), cooperativismo e cooperação não são sinônimos e, por isso, relata a diferença entre ambas:

Etimologicamente cooperação (do verbo latino *cooperari*, de *cum* e *operari* – operar juntamente com alguém) significa a prestação de auxílio para um fim comum. E cooperativismo é a doutrina que visa à renovação social através da cooperação. Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo. A cooperação, quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais. Dentre tais grupos as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, a fins econômicos e educativos (PINHO, 1966, p.7).

Dessa forma, pode-se dizer que o cooperativismo é uma forma de associação de pessoas que se unem para atender a uma necessidade em comum através de uma atividade econômica (REISDORFER, 2014). Aplicando esse conceito na pioneira cooperativa de Rochdale anteriormente apresentada, têm-se os 28 tecelões que se associaram em uma cooperativa de consumo com o objetivo de melhorar suas situações econômicas e sociais, sendo consideradas necessidades comuns (ANDREOLI, 2009).

De acordo com Franke (1976, p.04), nenhum outro modelo econômico é tão democrático quanto o cooperativismo, pois, um dos princípios que regem este tipo de relação é a participação de todos os associados em todos os processos decisórios, na exata medida de um voto por pessoa e com o lema: um por todos e todos por um. A palavra cooperativismo, portanto, remete a união de forças e ao crescimento em conjunto, baseado no esforço mútuo das partes envolvidas.

2.1.2 Princípios do Cooperativismo

Praticados pelas cooperativas atuais, os princípios do cooperativismo são baseados em idéias advindas da cooperativa de consumo de Rochdale. Os princípios são divididos em sete, fornecendo definições de ações e comportamentos desejados dentro de uma cooperativa (PINHO, 1967). São eles: adesão voluntária; gestão democrática dos membros; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; cooperação entre as cooperativas; e o interesse pela comunidade.

Em primeiro lugar se tem a adesão voluntária, princípio pelo qual as cooperativas são organizações abertas à participação de todos, independentemente de sexo, raça, classe social, opção política ou religiosa. Para participar, a pessoa deve conhecer as normas de funcionamento e decidir se tem condições de cumprir os acordos estabelecidos pela maioria. Os cooperados reunidos em assembleia discutem e votam os objetivos e metas do trabalho conjunto, bem como elegem os representantes que irão administrar a sociedade. Cada associado representa um voto, não importando se alguns detenham mais cotas do que outros.

A gestão democrática dos membros estipula que uma cooperativa é necessariamente uma organização democrática. Os membros controlam a cooperativa e participam ativamente da formulação das políticas e na tomada de decisões. Os eleitos como representantes dos demais membros são responsáveis perante estes.

Outro princípio é a participação econômica dos membros, onde todos contribuem igualmente para a formação do capital da cooperativa, o qual é controlado democraticamente. Se a cooperativa é bem administrada e obtém uma receita maior que as despesas, esses rendimentos serão divididos entre os sócios, na proporção em que cada um cooperou com a cooperativa. O rendimento poderá também ser destinado para investimentos na própria cooperativa ou para outras aplicações, sempre de acordo com a decisão tomada na assembleia.

Na autonomia e independência, o funcionamento da cooperativa é controlado pelos seus sócios, que são os donos do negócio. Qualquer acordo firmado com outras organizações e empresas devem garantir e manter essa condição. A autonomia assegurada pela constituição brasileira concede as cooperativas à liberdade de gerir seus próprios destinos.

O princípio da educação, formação e informação reflete o objetivo permanente da cooperativa de destinar ações e recursos para formar seus associados, capacitando-os para a prática cooperativista e para o uso de equipamentos e técnicas no processo produtivo e comercial. Ao mesmo tempo, buscam informar o público sobre as vantagens da cooperação organizada, estimulando o ensino de cooperativismo nas escolas de ensino médio.

A cooperação entre as cooperativas é outro dos princípios, voltado para o fortalecimento do cooperativismo. É importante que haja intercâmbio de informações, bens e serviços, viabilizando o setor como atividade socioeconômica. Por outro lado, organizadas em entidades representativas, formadas para contribuir no seu desenvolvimento, determinam avanços e conquistas para o movimento cooperativista nos níveis local e internacional.

Por fim, o interesse pela comunidade mostra que as cooperativas trabalham para o bem-estar de suas comunidades, por meio da execução de programas socioculturais, realizados em parceria com o governo e outras entidades civis.

Estes princípios seguem sendo referências nas diversas cooperativas existentes, mesmo que em áreas ou atuações diferentes.

2.2 RAMOS DO COOPERATIVISMO

As cooperativas são classificadas em ramos, de acordo com o segmento onde atuam, sendo: Agropecuária, Consumo, Crédito, Educacional, Habitacional, Saúde, Transporte, Turismo e Lazer, Produção, Infraestrutura, Mineral, Especial e de Trabalho (RIOS, 2009; OCB, 2015).

Cooperativas agropecuárias têm entre seus principais associados os produtores rurais, que se reúnem para fortalecer as diversas etapas de produção. Essa união facilita a compra de sementes, venda de produtos, armazenamento, entre outros.

Cooperativas de consumo visam à compra de alguns produtos de interesse de seus associados para, assim, diminuir o valor final dessas mercadorias. Costuma ser algo comum nas compras feitas em supermercados.

Cooperativas de crédito fornecem auxílio financeiro para os associados e devem funcionar com a autorização do Banco Central. No Brasil, esse ramo pode ser subdividido em cooperativas de crédito mútuo e as cooperativas de crédito rural.

Cooperativas educacionais surgiram com o intuito de enfrentar as dificuldades no ensino. Elas podem oferecer tanto o ensino básico, quanto cursos de línguas ou cursos profissionalizantes. A sua maior vantagem é permitir que os professores e os pais tivessem uma maior participação nessa instituição de ensino.

Cooperativas de habitação são as cooperativas com ênfase na construção e manutenção de conjuntos habitacionais. Elas buscam a construção e o financiamento de imóveis por um valor menor do que o estabelecido pelo mercado.

Cooperativas de saúde são compostas por profissionais da área médica que buscam melhores condições de trabalho, qualidade no atendimento e valorização de sua categoria.

Cooperativas de transporte atuam na prestação de serviços de transporte, seja de carga ou mesmo de passageiros.

Cooperativas de turismo e lazer tem o objetivo de atender diretamente ou prioritariamente seus associados com serviços de lazer e entretenimento diversos, desde eventos esportivos, culturais e artísticos, até viagens nacionais e internacionais.

Cooperativas de produção concentram associados que ajudam com seu trabalho na produção comum de bens. É um ramo bem desenvolvido em outros países, como a Espanha. No Brasil, os trabalhadores estão descobrindo os benefícios de ter seu negócio próprio e as vantagens da propriedade coletiva de bens de consumo.

Cooperativas de infraestrutura atendem o seu quadro social com serviços de essenciais de infraestrutura, como energia e telefonia. O exemplo mais comum desse tipo são as cooperativas de eletrificação rural.

Cooperativas de mineração são as cooperativas que extraem, industrializam, importam e comercializam produtos minerais.

Cooperativas especiais são aquelas compostas por pessoas que necessitam ser tuteladas. Essas cooperativas trabalham na organização e no trabalho de minimizar as dificuldades dessas pessoas com programas de treinamentos e produtividade. Essas ações têm o intuito de promover a socialização dessas pessoas e também

podem ter sócios que fazem trabalho voluntário e prestam serviços comunitários.

Por fim, quanto às cooperativas de trabalho, por se tratarem do escopo de pesquisa, serão abordadas mais especificamente na sequência.

2.2.1 Cooperativas de Trabalho

As cooperativas de trabalho são organizações formadas por pessoas físicas, trabalhadores autônomos ou eventuais, de uma ou mais classes de profissão (OCB, 2015). De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (2008), as cooperativas de trabalho são as que se dedicam à organização e administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados para prestação de serviços não identificados com outros ramos já reconhecidos.

As cooperativas de trabalho são constituídas por pessoas ligadas a uma determinada ocupação profissional, com a finalidade de melhorar a remuneração e as condições de trabalho, de forma autônoma. Este é um segmento extremamente abrangente, pois os integrantes de qualquer profissão podem se organizar em cooperativas de trabalho (OCB, 2008).

Os associados de uma cooperativa de trabalho não são empregados e nem assalariados de nenhuma empresa, são sócios cooperados (SINGER, 2004). Isso equivale dizer que, o cooperado é um profissional autônomo, que não mantém vínculo empregatício com a empresa que contrata seus serviços, mas que realiza suas atividades de forma autônoma com auxílio jurídico de uma cooperativa de trabalho, e não com base na Consolidação das Leis de Trabalho (SINGER, 2004).

De acordo com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, o cooperativismo de trabalho apresentou em 2014 um total de 977 cooperativas, gerando quase dois mil empregos e totalizando cerca de 230 mil associados, o que reflete mais de 14% de todos os associados do país (OCB, 2015).

2.3 A RELAÇÃO DO COOPERADO COM A COOPERATIVA

A cooperativa deve ser vista em termos organizacionais como empresa moderna, mas cuja natureza é diferente da chamada “empresa mercantilista”, uma vez que a cooperativa é formada de pessoas para pessoas (SETTE, 2005). Portanto, para Sette (2005), os associados de uma cooperativa não são empregados e sim donos, mas não no sentido de acionistas, que buscam somente os lucros.

Em uma cooperativa, os associados passam a ter mais de um papel na sua estrutura, pois, além de serem os clientes, usuários dos produtos, também se configuram como sócio proprietários. Esse fato é agravado no caso das cooperativas de trabalho, já que os cooperados também atuam na prestação de serviços e nas atividades relacionados ao trabalho (OLIVEIRA, 2007). Configura-se, assim, uma trilateralidade existente no papel exercido pelos cooperados das cooperativas de trabalho.

Como donos, os cooperados devem preservar a cooperativa e cooperar para o seu crescimento. Não se deve explorar o sistema, visando somente seus próprios interesses, mas, pelo contrário, deve-se, antes de tudo, precisa aprender a aprender a trabalhar em equipe (SETTE, 2005). Rios (1998) relata que isso significa, muitas vezes, renunciar a certas coisas em prol de todos, eliminando a expressão eu ganho e adotando o termo nós ganhamos. Em muitos casos, o cooperado está distante do negócio da cooperativa e não o sente como sendo seu. Emerge, assim, a grande necessidade de desenvolver programas internos de informação, deixando o cooperado sintonizado com o negócio da cooperativa e mais próximo de sua prática organizacional (ZILBERSZTAJN, 1994).

Segundo Zilbersztajn (1994), os direitos de propriedade sobre os resíduos da cooperativa tendem a ser dispersos, uma vez que todos os cooperados são sócios. Essa situação é agravada no caso das cooperativas de trabalho, já que, nelas, a renda principal dos cooperados decorre em grande parte da prestação de seu serviço para a cooperativa, e muito menos de eventuais sobras distribuídas no final do exercício (ZILBERSZTAJN, 1994).

Como consequência, pode haver, em muitos casos, grande pressão por parte dos cooperados para obtenção de preços acima dos vigentes no mercado, o que lhes garantia boa margem de lucro (SETTE, 2005). Entretanto, se isso ocorrer, a cooperativa que atue em mercado disputado pela concorrência pode acabar por perder sua condição de competir em custos com os demais tipos de organização, prejudicando, assim, o quadro social como um todo (ZILBERSZTAJN, 1994).

Além disso, no modelo cooperativista, os associados são os próprios clientes da cooperativa (PINHEIRO; SILVA, 2010). Como usuários dos bens e serviços oferecidos pelas cooperativas, os associados buscam constantemente melhores condições de oferta, baseados no julgamento do custo-benefício.

Como o objetivo de toda organização é de que seus clientes recebam os melhores serviços e bens ao menor preço, as cooperativas de trabalho devem sobreviver ao desafio que essa trilateralidade imputa a elas, realizando uma gestão competitiva no mercado (PINHEIRO; SILVA, 2010).

Nesse sentido, gestão empresarial e gestão social complementam-se para realizar uma eficiente gestão cooperativa (PINHEIRO; SILVA, 2010). Assim, é necessário um aperfeiçoamento contínuo da gestão, combinando fluxos de informação eficientes com os associados, que permitam que o processo de gerenciamento da instituição se torne mais coordenado e competitivo (PINHEIRO; SILVA, 2010).

3. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado através de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório. Tendo como base o referencial teórico levantado, o estudo analisou o conhecimento do cooperado, sua relação com a cooperativa e a visão do mesmo acerca dos diferentes papéis desempenhados.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde, e segundo Minayo (2001, p. 22), “a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Dessa forma, foi feito um estudo de caso de uma determinada cooperativa de trabalho da cidade de Maringá-PR, no ano de 2015, tendo sido levantadas e analisadas informações a respeito do trabalho exercido pelo cooperado, da regulamentação e estrutura vigente na cooperativa em questão, e da trilateralidade existente no papel do cooperado.

Além disso, foram aplicados questionários junto a um grupo de cem cooperados ativos, escolhidos por conveniência. Considerando a população como os 921 cooperados que estão atualmente atuando em projetos, a amostra é estatisticamente significativa (90% de confiança, a um nível de erro amostral de 7,8%).

O método de aplicação do questionário foi através do envio de e-mails e dos contatos decorrentes do comparecimento dos mesmos a sede administrativa da cooperativa. Este questionário buscou analisar o conhecimento dos mesmos a respeito das suas funções dentro da cooperativa, sua relação com as tomadoras de serviço e o papel de cliente exercido por ele, compreendendo assim, suas visões a respeito dos diferentes papéis desempenhados enquanto cooperado.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A apresentação e análise dos dados serão divididas em quatro partes: descrição e caracterização da cooperativa; análise do papel do cooperado como dono; análise do papel do cooperado como prestador de serviço; e análise do papel do cooperado como cliente.

4.1 DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA COOPERATIVA

A cooperativa de trabalho analisada surgiu em 16 de novembro de 1992, da união de um grupo de 51 engenheiros agrônomos que tinham como objetivo a terceirização de mão de obra. Seu efetivo funcionamento se deu apenas em maio de 1993.

No início, a cooperativa tinha como objetivo somente a prestação de serviços na região Noroeste do Paraná, mesma área de atuação da principal parceira naquela época, a Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda. (COCAMAR), que na época foi orientada a trabalhar com uma nova filosofia e a, partir de então, a utilizar a terceirização do trabalho.

Em 1994, a cooperativa procurou mais parcerias e encontrou um mercado em expansão: a terceirização da mão de obra agrícola. Sendo pioneira em todo Brasil neste novo sistema, conseguiu diversas parcerias com grandes empresas do setor agroquímico, como a Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agrop. Ltda, Basf S.A., Bayer Cropscience Ltda, Cheminova Brasil Ltda, Dupont do Brasil S/A, Fmc Química do Brasil Ltda, Syngenta Proteção de Cultivos Ltda, Banco do Brasil, SICREDI, entre outros.

Com a participação cada vez mais frequente dos associados da cooperativa no campo, seu nome se difundiu e novos clientes passaram a procurar os seus serviços. Com isto, gerou-se demanda aos profissionais de agronomia que voluntariamente se associaram ao quadro de cooperados em busca de novas oportunidades de trabalho.

Atualmente, o estatuto social da cooperativa define que 2/3 do seu quadro de cooperados deve ser engenheiro agrônomo, sendo que 1/3 pode ser formado ainda por profissionais das seguintes áreas, desde que devidamente registrados em seus respectivos conselhos de classe: Ciências agrárias (nível superior), Técnicos em agropecuária (nível médio ou 2º grau), Engenheiros cartógrafos, Bacharéis em química, Ciências biológicas, Geografia e Geologia.

Dessa forma, a cooperativa congrega em seu quadro, técnicos e profissionais que prestam serviços às atividades agropecuárias visando um aprimoramento cada vez maior para atender a expectativa dos clientes, bem como empresas e cooperativas ligadas às atividades afins.

Atualmente, a cooperativa possui mais de 4.500 profissionais cooperados, sendo que destes, 921 estão atuando em projetos. A área de maior concentração de cooperados ativos está na região Centro-oeste (34%), seguida pela região Sul (31%) e Sudeste (27%), e, ainda, regiões Nordeste (7%) e Norte (1%).

Suas principais atividades decorrem de parcerias, portfólio de clientes (constando as maiores empresas agroquímicas do país) e é por essas parcerias e por seu patrimônio que a cooperativa está sendo considerada como uma das maiores cooperativas de trabalho na área agrônômica do país.

Os atrativos econômicos que lhes propiciam foco de atuação são propiciados pela prestação de serviços terceirizados, ou seja, redução de custos que incidem sobre uma contratação normal, além da utilização de serviços profissionais, altamente especializados, em cada área agrícola ou pecuária. Estes são uns dos principais motivos do grande sucesso da cooperativa.

Além do que, os profissionais, com mais experiência ou aqueles recém-formados, têm uma nova oportunidade de trabalho, uma vez que é grande a busca por profissionais que, inicialmente, não venham a requerer vínculo empregatício.

A missão da cooperativa é oferecer representatividade para seus cooperados, objetivando melhores oportunidades de trabalho, renda e benefícios para que estes prestem serviços de qualidade, gerando maior competitividade e melhores resultados aos clientes.

4.2 O COOPERADO COMO DONO DA COOPERATIVA

Para compreender como o cooperado realiza seu papel de proprietário da cooperativa analisada, primeiramente deve se entender o seu organograma e seu processo de tomada de decisões. Conforme previsto no Estatuto Social da cooperativa, tomada de decisão deve passar pelos quatro níveis da escala hierárquica da organização para, só então, chegar aos níveis operacionais.

Dessa forma, o organograma estrutural da cooperativa é composto pelos principais níveis, que serão descritos a seguir: Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselheiros Vogais (ver figura 1).

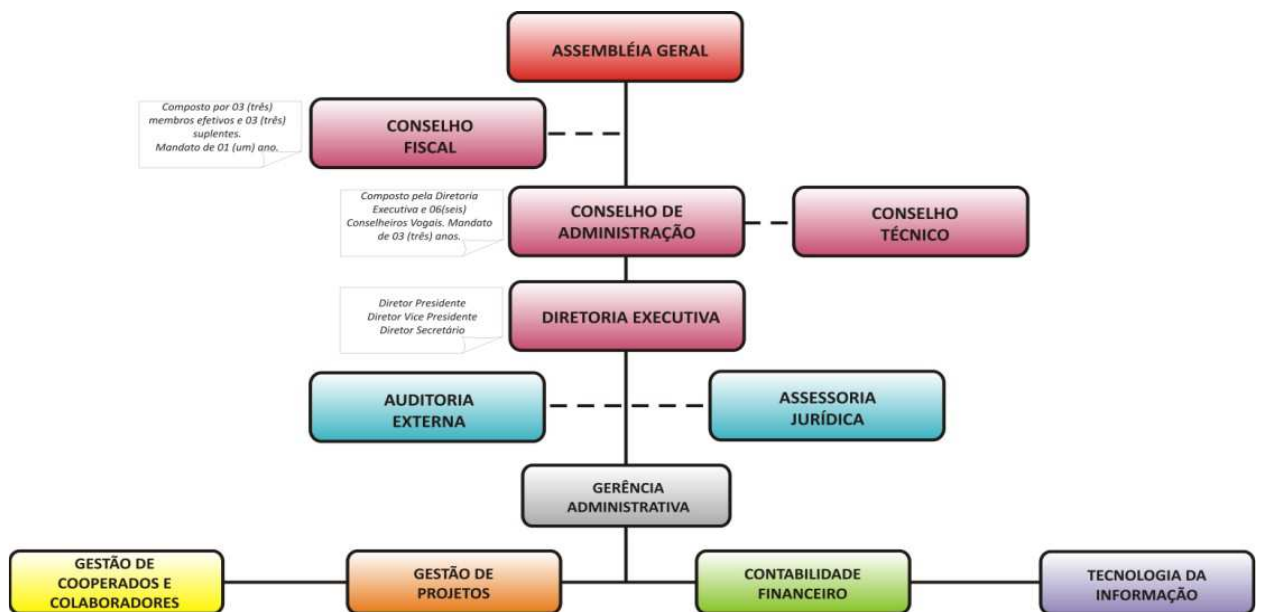


Figura 1 - Organograma Estrutura da Cooperativa analisada

Fonte: Elaboração própria

A Assembleia Geral se configura como o órgão supremo da cooperativa, dentro dos limites da lei e do estatuto da mesma. Para tomar qualquer decisão de interesse social e suas deliberações vinculam-se a todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes. Divide-se, ainda, em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária.

A Assembleia Geral Ordinária é realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos três primeiros meses após o término do exercício social, para expor os seguintes assuntos que deverão constar na ordem do dia: prestação de contas dos órgãos da administração, compreendendo o relatório da gestão, balanço geral, demonstrativo das sobras apuradas ou perdas, plano das atividades da cooperativa para o exercício seguinte e o parecer do Conselho Fiscal; destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas, deduzindo-se, no primeiro caso, os fundos obrigatórios; eleição e posse dos componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê Técnico. A Assembleia Geral Extraordinária, por outro lado, é

realizada sempre que necessária e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da cooperativa, desde que mencionado no edital de convocação.

O Conselho Fiscal é responsável pela fiscalização da administração da cooperativa, sendo constituído por três membros efetivos e três suplentes, todos associados, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária. Compete ao Conselho Fiscal exercer fiscalização sobre operações, atividades e serviços da cooperativa, examinando livros, contas e documentos. É ele que dará conhecimento ao Conselho de Administração das conclusões dos seus trabalhos, denunciando as irregularidades constatadas e convocando a Assembleia Geral se ocorrerem motivos graves ou urgentes.

Ao Conselho de Administração compete a administração da cooperativa, sendo responsável por planejar e traçar normas para a realização das operações e serviços da cooperativa, assim como pelo controle dos resultados. O Conselho de Administração é composto por nove membros, todos associados, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de três anos. Compõe, ainda, a Diretoria Executiva e os Conselheiros Vogais. A Diretoria Executiva é formada pelo Diretor-Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor-Secretário, cujas atribuições são definidas no estatuto da cooperativa. É responsável pela realização e cumprimento das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. Já os Conselheiros Vogais, que são em número de seis, substituem o Diretor Vice-Presidente e o Diretor-Secretário.

Em um segundo momento, a fim de se compreender melhor o papel do cooperado como dono, segundo a opinião deles mesmo, foram analisados os dados coletados por meio da aplicação dos questionários.

Dessa forma se questionou inicialmente, como os cooperados se sentiam em relação à cooperativa analisada. Conforme se verifica no Gráfico 1, a maioria correspondente a 63% das respostas mostrou que o cooperado se sentia como proprietário, seguidas de 20% como prestador de serviços e 7% como cliente. Os resultados encontrados ressaltam o sentimento de propriedade do cooperado em relação a sua cooperativa, em detrimento dos dois outros possíveis papéis.

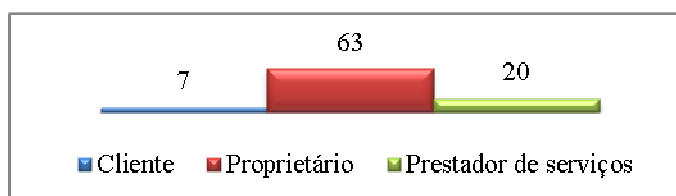


Gráfico 1 1- Sentimento em relação à cooperativa que atua

Fonte: Elaboração própria

Na sequência foi indagado se os cooperados se dispunham a participar das reuniões e assembleias, formulando ideias, sugestões e explicitando suas opiniões a respeito do andamento da cooperativa. O Gráfico 2 evidencia uma convergência:

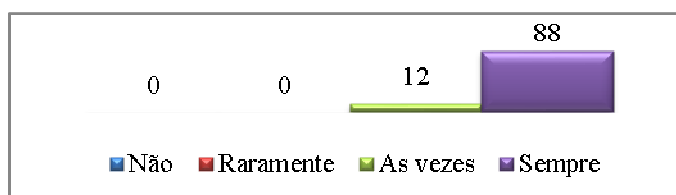


Gráfico 2- Participação dos cooperados

Fonte: Fonte: Elaboração própria

O Gráfico 2 deixa claro o resultado de que todos os cooperados demonstram estarem dispostos a participar desses processos, sendo 88% sempre e 12% às vezes. Isso denota o interesse dos cooperados em participar das tomadas de decisões e estarem cientes do que se passa na parte administrativa da cooperativa, bem como em terem conhecimento a respeito da saúde financeira, contábil e dos dados apresentados aos associados. Além disso, evidencia-se a assembleia como uma oportunidade dos cooperados de exercer o papel de dono da cooperativa, participando ativamente no processo decisório e gerencial.

Entretanto, quando indagados sobre quanto à opinião ou sugestão de um cooperado pode influenciar nas decisões da cooperativa, as respostas foram bem distribuídas (ver gráfico 3). Em maior número, 58% das respostas se concentraram entre pequena (29%) e média influência (30%), contra 33% entre grande (18%) e total influência (15%). Ademais, apenas 9% acreditam que não há influência alguma. Dessa forma, pôde-se notar que ainda que os cooperados participem ativamente do processo decisório e gerencial da cooperativa, comparecendo às assembleias, eles possuem dúvidas em relação à influência que suas opiniões têm na tomada de decisões da cooperativa.

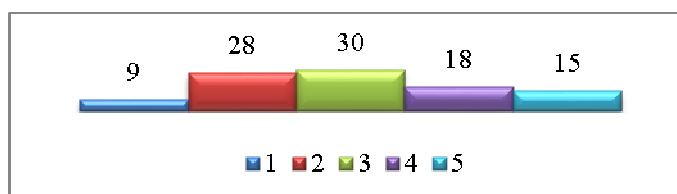


Gráfico 3 – Influência da opinião do cooperado nas decisões da cooperativa

Fonte: Elaboração própria

As demais perguntas do questionário se concentraram no conhecimento que os cooperados têm em relação ao modelo cooperativista como um todo e, mais especificamente, às funções e responsabilidades do cooperado e às leis e regras que regem a cooperativa analisada (ver quadro 1).

	Nenhum	Pouco	Básico	Satisfatório	Pleno
Cooperativismo	0%	21%	42%	29%	8%
Funções e responsabilidades do cooperado	0%	4%	59%	15%	22%
Leis e regras que regem a cooperativa	0%	5%	9%	60%	26%

Quadro 1 – Conhecimento dos cooperados

Fonte: Elaboração própria

Em relação ao modelo do cooperativismo como um todo, 42% dos participantes declararam possuir conhecimento básico, seguido de 29% de conhecimento satisfatório, 21% de pouco conhecimento e 8% de conhecimento pleno. Nenhum participante declarou possuir nenhum conhecimento. Dessa forma, destaca-se a boa concentração de participantes que possuem pouco ou básico conhecimento acerca do modelo cooperativista.

A respeito das funções e responsabilidades do cooperado, 59% afirmaram ter conhecimento básico, seguidos de 37% de conhecimento satisfatório (15%) e pleno (22%), contra apenas 4% de pouco conhecimento. Também aqui nenhum participante declarou possuir nenhum conhecimento. Os resultados mostram uma melhora no conhecimento específico acerca do papel que os cooperados exercem, quando comparado ao conhecimento geral acerca do cooperativismo, ou seja, apesar da grande concentração de respostas em conhecimento básico, houve boa parte dos participantes assinalando conhecimento satisfatório ou pleno. Entretanto, deve-se ressaltar também aqui a falta de conhecimento pleno por parte dos cooperados.

Sobre as leis e regras que regem a cooperativa em que estão inseridos, 60% responderam que possuem conhecimento satisfatório, seguidos de 26% com conhecimento pleno, em detrimento de 9% para conhecimento básico e 5% para pouco conhecimento. Assim como as

questões anteriores, não houve resposta para o nenhum conhecimento. Evidencia-se, assim, o grande conhecimento por parte dos cooperados acerca das leis e regras que regem a cooperativa, estando informados acerca de seu funcionamento legal.

Os resultados encontrados mostram que, apesar de se sentirem donos e participarem das assembleias, momento em que podem exercer ativamente sua capacidade de opinar e de votar acerca dos diversos assuntos relacionados ao funcionamento da cooperativa, os cooperados têm dúvidas acerca da influência de suas opiniões e sugestões. Ou seja, verifica-se tanto uma identificação quanto um posicionamento real desses cooperados como donos, apesar de ainda haver dúvidas acerca da influência desse papel.

Além disso, pôde-se observar a falta de conhecimento dos cooperados em relação ao modelo cooperativista como um todo e às funções e responsabilidade dos cooperados especificamente. Esse conhecimento é considerado essencial, de forma que a falta dele pode prejudicar tanto o gerenciamento da cooperativa quanto a inserção desses membros nela. Inclusive, pode-se indagar se as dúvidas que os cooperados sentem em relação à influência que possuem na cooperativa enquanto donos não deriva dessa falta de conhecimento. Nesse sentido, Oliveira (2007) argumenta que somente na medida em que os sócios cooperados participam assumindo o papel de verdadeiros coproprietários, a cooperativa se fortalece gerando mais trabalho, renda e qualidade de vida aos cooperados.

4.3 O COOPERADO COMO PRESTADOR DE SERVIÇOS

O cooperado, ao ser alocado em um dos projetos das tomadoras de serviço afiliadas através da cooperativa, passa a ser um prestador de serviço da mesma, onde realiza atividades voltadas ao desenvolvimento dessas empresas, de acordo com as suas normas e regras, estabelecidas em acordo com cooperativa e as tomadoras de serviço.

De acordo com Andrade (2014, p.01):

O contrato de prestação de serviço é aquele em que uma das partes – prestador -, se obriga com a outra – tomador-, a fornecer a prestação de uma atividade, mediante remuneração de acordo com o artigo 594 do Código Civil que Toda espécie de serviço ou trabalho lícito, material ou imaterial, pode ser contratada mediante retribuição. Exemplos de Contratos de Prestação de Serviços são o trabalho autônomo, o trabalho eventual e a terceirização de serviços (ANDRADE, 2014, p.1).

Portanto, conforme citado acima, o cooperado vinculado à cooperativa de trabalho analisada se enquadra na prestação de serviços, através da terceirização dos mesmos.

O Gráfico 4 exibe respostas dos cooperados quando questionados acerca das atividades a serem exercidas em seus projetos de prestação de serviços: 63% dos participantes se declararam satisfeitos, seguidos de 20% muito satisfeitos, 16% insatisfeitos e apenas 1% insatisfeito.

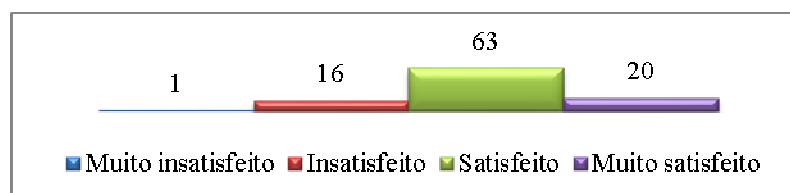


Gráfico 4 - Satisfação em relação às atividades a serem exercidas no projeto

Fonte: Elaboração própria

Nota-se, assim, que grande parte dos participantes se mostra satisfeito com a prestação de serviços realizada até então nessa cooperativa de trabalho.

Além disso, quando questionados acerca do suporte oferecido pelas tomadoras de serviço para a realização das atividades de campo, a maioria dos respondentes se mostrou satisfeita, com 60% das respostas avaliando como suporte suficiente e 25% como suporte total, em detrimento de 12% que julgaram como pouco suporte e 3% como suporte insuficiente (ver gráfico 5).

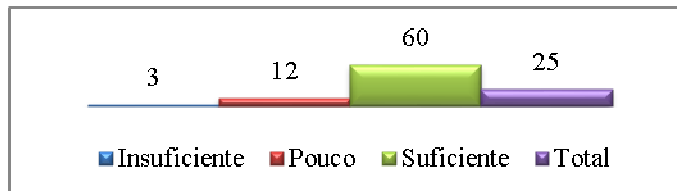


Gráfico 5 - Suporte necessário para realização das atividades em campo

Fonte: Elaboração própria

O Gráfico 6 exibe as respostas dos cooperados ao serem indagados sobre o sentimento que os cooperados têm em relação à tomadora de serviços, obteve-se grande maioria das respostas (92%) posicionando-os como prestadores de serviço, contra apenas 8% que se consideram clientes, e nenhum que opinou proprietário.

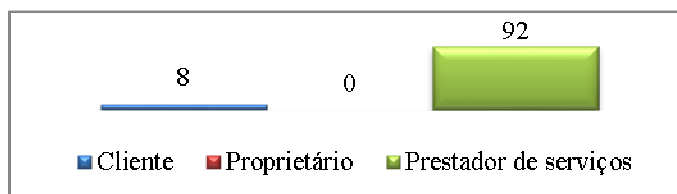


Gráfico 6 – Sentimento em relação à tomadora de serviços

Fonte: Elaboração própria

Pode-se notar, assim, que a maioria dos cooperados está satisfeita tanto com as atividades de prestação exercidas no projeto quanto com o suporte oferecido pelas tomadoras de serviço. Além disso, também a grande maioria se posiciona como prestador de serviço em relação à tomadora de serviço, em detrimento de outros papéis como cliente ou proprietário.

Dessa forma, apesar da avaliação positiva, atenta-se para o fato de que o cooperado acaba por se limitar em sua função de prestador de serviço, não aproveitando a oportunidade de se desenvolver e de fornecer meios para a cooperativa crescer através da ajuda mutua de seus integrantes (OLIVEIRA, 1997).

4.4 O COOPERADO COMO CLIENTE

A partir do momento em que o cooperado necessita dos serviços fornecidos pela cooperativa para realizar suas atividades nas tomadoras de serviço, ele passa a ter um papel de cliente. Informações, solicitações de adiantamento, retirada de veículos, envio de relatórios, entre outras atividades, dependem do atendimento dos colaboradores e de outras instituições, tais como as locadoras de veículos e as instituições bancárias. Nesses momentos, o cooperado não tem como usufruir de sua função de proprietário, estando sujeito às normas e regras determinadas pela cooperativa e demais instituições e exerce a função de cliente.

O cooperado realiza a solicitação do serviço desejado através da cooperativa, e é atendido através dos colaboradores, que, por sua vez, analisam o pedido e se posicionam acerca do serviço a ser oferecido, podendo o mesmo ser negado ou realizado de forma diferente da vontade do solicitante.

Nesse sentido, quando indagados acerca do nível de satisfação quanto aos serviços administrativos prestados pela cooperativa, em termos gerais, observou-se nível quase

absoluto de satisfação dos usuários (98%), sendo 60% satisfeitos e 28% muito satisfeitos, contra apenas 2% insatisfeitos e nenhum muito insatisfeito (ver gráfico 7).

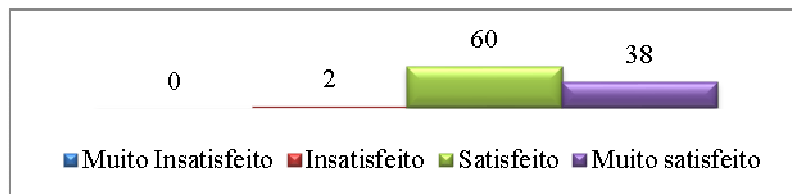


Gráfico 7 – Satisfação em relação aos serviços prestados pela cooperativa

Fonte: Elaboração própria

Resultado semelhante foi encontrado em relação ao nível de satisfação com o corpo de colaboradores da cooperativa, especificamente, com nível quase absoluto de satisfação dos usuários (93%), sendo 78% satisfeitos e 15% muito satisfeitos, contra apenas 7% insatisfeitos e nenhum muito insatisfeito (ver gráfico 8).

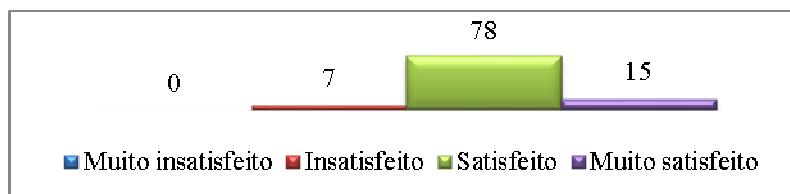


Gráfico 8 – Satisfação em relação aos colaboradores da cooperativa

Fonte: Elaboração própria

Dessa forma, em relação ao papel de cliente, os cooperados se mostraram bastante satisfeitos em relação aos serviços prestados, tanto em termos gerais, quanto acerca dos colaboradores da cooperativa de trabalho. Com isso, pode-se inferir que a cooperativa analisada está cumprindo com sua função básica, que é atender de maneira satisfatória o seu associado, realizando, para isso, uma gestão competitiva (PINHEIRO; SILVA, 2010).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como objetivo analisar os diferentes papéis desempenhados pelo cooperado dentro de uma cooperativa de trabalho, a fim de compreender a sua relação enquanto dono, cliente e prestador de serviço desse tipo de organização.

Em relação ao papel de dono, os resultados encontrados mostram tanto uma identificação quanto um posicionamento dos cooperados como donos, sentindo-se donos e participando das assembleias, apesar de ainda haver dúvidas acerca da influência desse papel. Observou-se também uma falta de conhecimento dos cooperados em relação ao modelo cooperativista como um todo e às funções e responsabilidade dos cooperados especificamente, contrária ao conhecimento acerca das regras e leis que regem a cooperativa em questão.

Sobre o papel de prestador de serviço, encontrou-se uma avaliação positiva da maioria dos cooperados tanto com as atividades de prestação exercidas no projeto quanto com o suporte oferecido pelas tomadoras de serviço. Essa avaliação se torna ainda mais importante quando considerada frente ao posicionamento dos cooperados como prestador de serviço em relação à tomadora de serviço, em detrimento de outros papéis como cliente ou proprietário. Por fim, em relação ao papel de cliente, os cooperados se mostraram bastante satisfeitos em relação aos serviços prestados, tanto em termos gerais, quanto acerca dos colaboradores da cooperativa de trabalho.

Dessa forma, ressalta-se a falta de conhecimento acerca do modelo cooperativista por parte dos próprios cooperados, que desconhecem, inclusive, seu real papel dentro da cooperativa

em que estão inseridos, principalmente no que diz respeito à função de proprietários, e podem acabar por se sujeitar, assim, a atuar como meros clientes ou prestadores de serviço da mesma. Apesar disso, a avaliação positiva tanto enquanto cliente como prestador de serviço aponta o cooperativismo como um modelo de negócios promissor.

Como implicação gerencial, ressalta-se a necessidade de um trabalho de educação e informação dos cooperados sobre o modelo cooperativista, seu funcionamento e sua importância socioeconômica. Além disso, torna-se necessário conscientizá-los acerca dos diversos papéis existentes na função de cooperados, para que todos eles sejam desempenhados de forma coordenada e plena.

6. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Helena; CAMELO, Jucimar; PINHEIRO, Talita. **Seminário de Direito Civil – Contratos**. FACI, 2014.
- ANDREOLI, T. P. Cooperativismo de crédito: Características do Setor e Exposição de um de seus Maiores Agentes - O Sistema Sicredi. Monografia de graduação. Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá: UEM, 2009.
- CANONICE, Bruhmer Cesar Forone. **Normas e padrões para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Maringá: Eduem, 2007.
- FEARP. Disponível em <<http://www.fearp.usp.br/pt-br/item/370-cooperativismo-no-brasil-envolve-cerca-de-33-milhoes-de-pessoas.html>> Acesso em 31/07/2015.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. UFRGS, 2009.
- GOMES, Danilo Cortes; PUGLIANE, Karen Cristina. **Cooperativismo: utopia ou realidade?** IFRN, 2012.
- LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEOPOLDINO, Candida Joelma. **Elementos conceituais e históricos do cooperativismo**. UNIOESTE/MCR, vol.11, p.141 a 156. 2011.
- MILANEZ, B. ; ALEXANDER, E. ; SANT'ANNA, J. P. **Os princípios cooperativistas: o caso das cooperativas populares**. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 1999, Rio de Janeiro. Anais do XIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- MINAYO, Maria. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p.09-29.
- MONOGRAFIA.NET. **Regras da ABNT**. Disponível em <http://www.monografia.net/abnt>. Acesso em 07/02/2014.
- NETO, Sigismundo Bialoskorski. **Governanças e perspectivas do cooperativismo**. 1998.
- NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades**. FEA-USP.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Agenda Institucional do cooperativismo, 2015. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/agenda_institucional_do_cooperativismo_2015.pdf>. Acesso em 30/01/2015.
- REISDORFER, Vitor Kochhann. **Introdução ao cooperativismo**. Colégio Politécnico (UFSM). Santa Maria-RS. 2014.
- RIOS, G. S. L. **Cooperativas e tipos de cooperativas no Brasil**. Conceitos (João Pessoa), v. 8, p. 113-119, 2009.

RIOS, Thiago Menezes. **A possibilidade de configuração de vínculo empregatício entre cooperativas e cooperados ou entre cooperados e terceiros.** JUS, 2013.

SALES, J. E. COOPERATIVISMO: ORIGENS E EVOLUÇÃO, Revista Brasileira de Gestão e Engenharia, n.1, p. 23-34, Jan/Jul 2010.

SESCOOP. **Panorama do cooperativismo brasileiro – ano 2011.** Março, 2012. Disponível em:

<http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro_2011.pdf>. Acesso em 12/09/2015.

SETTE, Ana Tarsila Miranda Souza; SETTE, Ricardo Souza; SOUZA, Magno. **A ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA SOB A ÓTICA DOS COOPERADOS.** XLIII Congresso da Sober. Ribeirão Preto-SP, 2005.

SINGER, Paul. **Cooperativas de trabalho.** Disponível em <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/cooperativas-de-trabalho_paul-singer.pdf> Acesso em 26/07/2015.

TORRES, Pedro Gabriel Castro; BATISTA, Claudia Karina Ladeia. **Peculiaridades sobre as cooperativas.** UEMS. 2010.

ZILBERSZTAJN, Décio. **Organização de cooperativas: desafios e tendências.** 1993.